



Estado(s) novo(s): um estudo de educação comparada entre Brasil e Portugal (1936-1945).

Alesson Rota*

Resumo: A presente pesquisa objetiva estabelecer um estudo de educação comparada sobre o papel exercido pelos governos Português e Brasileiro, durante o período denominado em ambos os países de Estado Novo, na legislação que regulava a produção dos livros didáticos de História, do período de 1936 a 1945. Essa proposta tem o objetivo de compreender como esses governos se utilizaram dos manuais escolares como suporte de veiculação de sua ideologia de Estado. O passo inicial é dado através da análise das legislações que configuram a produção do manual escolar, sendo que em cada país é criada uma estrutura que abarca a confecção, a supervisão e a distribuição dos livros. As relações mostram muitas semelhanças, principalmente no que tange a centralização do poder, mas também mostram diferenças, como a produção de iniciativa privada no Brasil, enquanto que em Portugal o encarregado era o Estado.

Palavras-chave: Educação Comparada. Ensino de História. Livro Didático.

Abstract: The current research has the purpose of establishing a compared education study about the function of Brazilian and Portuguese governments during a time called, in both countries, "New State", in the legislation that sets the production of history school books, from 1936 to 1945, aiming to understand how these governments had utilized school books as a support to spread their State ideology. The initial step is given through the analysis of the legislations that controls the production of school books, having the knowledge that in these two countries there is a structure that includes the confection, the supervision and the distribution of these books. The links show that there are many similarities, mostly of what is about centralization of power, but it also shows differences, like the production such as private sector related in Brazil and state production in Portugal.

Keywords: Comparative Education. Teaching History. Textbooks.

* História - bolsista de Iniciação Científica – PDE da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: alessonrota@furg.br.



O marco direcionador da pesquisa que aqui apresentaremos é a metodologia da educação comparada. Essa metodologia intitulada de educação compara se desenvolve em vários lugares e em diversos níveis. Essa prática, apesar de não estar formalizada, é comum no dia – a – dia das pessoas quando, como, por exemplo, os pais comparam escolas para encontrar o melhor lugar para o estudo dos seus filhos. Nas escolas ocorre o mesmo processo nas diretrizes elaboradas pelos diretores para a administração das escolas, são feitos paralelos, estudando a possibilidade de adaptação, entre atividades desenvolvidas em outros locais de ensino.

O caso mais comum - e formal - de educação comparada é o conjunto de pesquisas que objetiva analisar a comparação entre sistemas educacionais de diferentes Países. Segundo Bray, a comparação é uma prática histórica. No colonialismo existem registros de educação comparada para a implementação do sistema educacional inglês em suas colônias (BRAY, 2010, 43). No pos-colonialíssimo essa prática se acentua, sendo que não são poucas as vezes que um país busca outro uma referência para o ensino. Atualmente com o fenômeno da globalização, como demonstra Bray, países com uma economia instável procuram aqueles que têm grande desempenho econômico para se espelhar (Bray, 2010, 42). E essa lógica de mercado reflete diretamente na educação: criamos alunos competitivos prontos para disputar os melhores lugares na hierarquia.

Entretanto, no período em que analisamos existem outros fatores de grande relevância, tanto no Brasil quanto em Portugal, além do cenário econômico, a educação e seus sistemas implementaram políticas que de alguma forma contribuíram para formatos que desencadearam formas permanentes de compreensão dos sistemas escolares. O Brasil, nos anos de 1930-40, possuía um projeto de nação centralizado, que buscava acabar com o regionalismo político. Portugal, no mesmo período, se espelhava nos regimes totalitários da Europa, como o Nazismo e o Fascismo. Portanto, a política destes dois governos se utiliza de várias ferramentas para sua manutenção, sendo uma destas, aqui analisada, a educação.

O autor Yang Rui em seu texto sobre a educação comparada, no cenário político, descreve um método, de cunho positivista¹ formulado por Dewey em 1910, que tinha como proposta um método objetivo e racional para tomada de decisões: Qual o problema? Qual as opções e Qual é a melhor opção (RUI, 2010, 300). Vejamos que essa proposta é a formulação de uma lei geral que deixa a margem todas as circunstâncias singulares de cada regionalidade,

¹ O conceito de positivismo que usamos aqui, trata-se daquela teoria política que tem como objetivo progredir socialmente através das descobertas das leis gerais da humanidade.



sem levar em consideração o contexto político ou social. Nossas fontes não permitem saber com precisão se os teóricos da educação da época utilizaram ou não essas teorias, mas pesquisas já realizadas mostram que a mentalidade da época, em função da necessidade de identidade nacional que servisse ao governo, possuía traços políticos positivistas. (DA SILVA, 2010; ADÃO & REMÉDIOS; CARVALHO, 2001).

O estudo da educação comparada, portanto, é fundamental para compreender o processo formação da educação em nível local, nacional e até mesmo internacional. É uma teoria não apenas do presente, para novas políticas globais, mas também de subsídio para análise educacional histórica.

Após essa breve discussão sobre a visão da educação comparada, usaremos suas premissas para interpretar o período denominado Estado Novo, tanto em Portugal, quanto no Brasil, daremos início a análise de nossas fontes. Para o estabelecimento de relações entre esses dois países usaremos a legislação que regulamenta a produção e circulação dos livros didáticos entre os anos de 1936 e 1945. Buscamos compreender qual a relação entre o ensino português e brasileiro? Quais são as características que se repetem nesses governos classificados pela historiografia como autoritários? E como o livro didático é utilizado como objeto veiculador das políticas estatais?

O manual escolar tem sido amplamente investigado nos últimos anos. Procura-se desvendar as multiplicidades deste objeto que é ao mesmo tempo pedagógico, ideológico² e mercadológico. Sabe-se da sua grande utilização como suporte para os professores e da valoração dada pelos estudantes e pais por esse objeto, sendo que, na grande maioria das vezes, as pessoas constroem sua visão histórica através do livro didático. Portanto, o livro está longe de ser um espaço neutro, havendo interesse e confiança de muitos sobre ele.

O fundador do Estado Novo em Portugal foi António de Oliveira Salazar em 1933. Com grandes atuações no Ministério das Finanças ele ascendeu ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro Ministro). O governo português, na ânsia afastar as ideias comunistas, embarcou na proposta do nazifascismo promovendo diversas mudanças dentro do país. No período estudado são feitas diversas alterações na educação, sendo que a legislação que regulamenta o livro didático foi realizada através do decreto lei de 11 de Abril e 24 de Novembro de 1936, mas que sofreu grandes alterações nos anos de 1937, com o decreto de 21 de Julho, e em 14 de Março de 1940. Em direção semelhante, o Estado Novo brasileiro, de

² Usamos a palavra de ideologia em um conceito amplo que inclui várias visões de mundo, como, por exemplo, as boas ou más intenções do Estado ou de algum autor.



1937 a 1945, foi fundado por Getúlio Vargas com princípio afastar as ameaças extremistas, tanto comunista como integralista, que eram correntes na época. Haviam interesses de outros que iam contra o Estado. E para evitar conflitos, Vargas tomou medidas de centralização em diversas áreas, sendo uma destas à educação. Os livros didáticos são regularizados através da lei nº 1006 de 30 de dezembro de 1938, que implementa a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), encarregada de avaliar os compêndios produzidos pela livre iniciativa.

A CNLD era encarregada de avaliar todos os livros didáticos destinados aos ensino (ensino das escolas pre-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias). Apesar deste órgão se constituir como uma ferramenta autoritária, ser responsável por indicar quais livros são bons ou ruins, seu decreto que possui proposições simpáticas ao ensino, se comparada com a política educacional portuguesa, demonstra o papel desempenhado pelo Estado Novo na educação brasileira. Já no primeiro parágrafo encontramos a seguinte afirmação: “É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos”. Logo, o Estado ira impor um material com suas convicções educacionais, mas irá delimitar e avaliar os tópicos que as editoras deveram seguir. “Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino” (Cap 1. Art. 5º), pois esta decisão seria dos professores ou do plano de ensino desenvolvido nas escolas. Observemos que essas medidas possuem uma dicotomia: se por um lado há centralização, deixando o Estado responsável pela circulação dos manuais, também havia a ideia de liberdade, que permitiria a escolha dos livros por parte dos professores e a livre produção.

A confecção dos livros didáticos portugueses possuem um início um pouco diferente. Em 1936 é instaurado a lei nº 1 941, de 11 de Abril. Ela possuía uma proposta bastante ampla, como, por exemplo, definir a organização escolar, redefinir os papéis educacionais e conceituar a Mocidade portuguesa³. No que tange os livros didáticos “para o ensino primário elementar será em todo o País adoptado o mesmo livro de leitura em cada classe” ... “haverá um único compêndio” ... “para cada ano ou classe das disciplinas de História de Portugal, história geral e filosofia” e “um único compêndio de educação moral e cívica, em relação com o respectivo grau de ensino.” (Base X). Observemos que, além da padronização do livro didático nas escolas, incluía-se entre as disciplinas a “educação moral e cívica” que tinha

³ A Mocidade Portuguesa foi uma organização voltada à formação do jovem patriota, encarregado de defender a nação. Ela também incentivava as práticas desportivas, que tinham um caráter de eugenia – influencias nazista e fascista. Ver: DA SILVA, Ewerton L. F. Moura. A Educação como Arma Política no Estado Novo Português, 2010.



como objetivo preparar os novos homens e as novas mulheres que iriam servir a sociedade portuguesa, sustentada em três pilares – Deus, Pátria e Família” (ADÃO; REMÉDIOS, 2005: 85).

A lei de 11 de Abril demonstra a política salazariana voltada para a educação, mas esse regulamento era superficial, não contemplando os diversos caminhos a serem percorridos para que o projeto fosse colocado em prática. Então em 24 de Novembro de 1936 são submetidas um decreto mais específico que complementa o anterior. Trata-se da lei Nº 27:279. “A razão do presente decreto-lei, assente na ideia de que o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista” ... “ao ideal prático e cristão de ensinar bem e ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal”. Dessa forma, são suspensos todos os livros didáticos em circulação (Art.15), sendo que em 27 de Julho de 1937, com o decreto nº 27 882, foi encaminhado o método de elaboração do manual escolar. Consistia na confecção dos livros através de servidores públicos concursados especificamente para tal compromisso. Todavia, os materiais elaborados não agradaram, logo, em 1940 a operação é abortada: “foram recebidos bastantes exemplares, mas nenhum se julgou digno de ser aprovado”. Assim, a nova proposta deixava as execuções de confecção “confiadas a uma comissão de técnicos, escolhidos de entre os de reconhecimento mérito pedagógico, literário e artístico” (Decreto lei nº 30 316, de 14 de Março de 1940). Possivelmente, essa alteração fora feito devido a insatisfação do governo com os manuais elaborados pelos concursados, que eram escolhidos mediante concursos. Em contrapartida a nova forma de seleção possibilitava o Ministério da Educação escolher autores compatíveis com a proposta pedagógica (ou ideológica) do governo.

Vimos que no Brasil os livros didáticos eram produzidos pela livre iniciativa e avaliados pelo governo. Na legislação que regulamentava a CNLD estava bem claro que a forma de seleção dos avaliadores, igual ao governo salazariano, seriam “pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral”. Estes avaliadores, a princípio, não poderiam requerer autorização de obras de sua autoria, mas essa realidade vai mudar com a legislação de 1939, com o decreto-lei nº 1.417, que deixava os livros, criados pelos membros da CNLD, a cargo de uma comissão especial.

No capítulo IV da lei 1.006, “Das causas que impedem a autorização do livro didático”, são emanadas os critérios para avaliação. Vemos algumas de suas proposições:

Art. 20. Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:



- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;

No artigo 20 vemos medidas que tratam do poder brasileiro, isto é, da forma organizacional centralizadora. Os livros deveriam ser silenciados quanto a fragmentação, quanto a críticas aos representantes da nação, quanto a desconfiança no país e quanto as desigualdades. Notemos que o parágrafo “F” institui sobre a singularidade de cada região, mas não devemos interpretar isso como um incentivo ao bairrismo, muito pelo contrário, ela prega o desenvolvimento de todas as particularidades juntas, que unidas por igual formam o grande Estado brasileiro. Portanto, o projeto de manual escolar proposta pela CNLD deve ser aquele que omite as desavenças.

Art. 21. Ser ainda negada autorização de uso ao livro didático:

- a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termo ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros da natureza científica ou técnica;
- c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;

No artigo 21 percebemos a preocupação a respeito do nível pedagógico do livro. O material deveria ser cognoscível e verdadeiro com suas proposições conceituais, independente da proposta de aula que ele trabalhasse.

Assim, podemos enxergar uma moeda de duas faces: se por um lado há um objetivo centralizador, por outro há um intuito educacional. Portanto, podemos ver tênues divisórias nas políticas dos livros didáticos: centralizações, censura, ao mesmo tempo em que permitiam liberdade. Ou seja, os livros que eram reprovados ficavam proibidos de serem usados nas



escolas. E os professores tinha a liberdade de selecionar os materiais conforme uma lista fornecida pelo governo.

A CNLD foi a primeira tentativa de inspecionar e classificar os livros didáticos produzidos. Todavia, até o final do Estado Novo brasileiro, ela nunca conseguiu funcionar com plenitude. O número alto de compêndios enviados a Comissão, ligada aos poucos membros encarregados de analisar os livros, fez com que muitas obras fossem para a escola sem a autorização do Ministério. Também houve interrupção no seu funcionamento, no ano de 1942, por causa da mudança na lei Orgânica de Ensino. O Estado Novo é desfeito em 1945, mas os trabalhos dessa organização perduram até o ano de 1969, após a instauração da ditadura militar

O Estado Novo português termina 1974, após 41 anos de regime ditatorial, sendo que não há grandes alterações no plano dos livros didáticos após 1940 (lei nº 30 316). A manutenção da ordem, através do poder unificado no líder da nação, é uma projeto de Brasil e Portugal. Vejamos que, embora esses países possuam características totalitárias, eles buscam soluções dispares para o sistema de ensino. Mas, por que existe essa diferença na utilização da educação como ferramenta governamental?

Na segunda Grande Guerra, Portugal assumiu uma postura neutra e o Brasil favorável ao aliados. Contraditoriamente, ambos os países possuem características políticas que os aproximam do Eixo. No ramo dos livros didáticos, “os responsáveis pelo empreendimento foram buscar a inspiração para a feitura dos livros de texto aos livros escolares italianos destinados ao mesmo grau de ensino e realizados, em Itália, de acordo com as exigências ideológicas do regime fascista de Mussolini” (CARVALHO, 2001, 767). Essa constatação – e outras como a Mocidade portuguesa – mostra a aproximação da educação lusa com os regimes totalitários, mas quando essa ideias chegam ao Brasil são adaptadas ao nosso contexto. Dessa forma, o governo brasileiro é mais sensível na mediação e implementação das políticas em voga na época.

O autor Yang Rui explica bem uma importante consideração que deve ser levada a cabo na educação comparada: Los elementos substantivos de un programa, pese a ser exitoso em um lugar, pueden requirir un mecanismo de aplicación fundamentalmente distinto para ser efectivos en outro. Esta “pieza faltante” puede ser copiada o emulada de um segundo lugar” ... “debe subrayarse la importancia de no omitir las complejas y a menudo contradictorias mediaciones nacionales y locales de las tendencias de las políticas “globales”, em tanto se forjan otras diferencias em las políticas de derivadas do contexto específicos” (Rui: 2010, 310).



Através desta citação podemos concluir que o Estado Novo brasileiro não importou diretamente as ideias políticas do bloco europeu, mas adaptou-as as nossas realidades: ao invés do estado criar os livros didáticos, o que garantia maior centralização, ele deixou para a livre iniciativa, movimentando assim a econômica; ao invés do Estado impor um único livro didático, ele permite a escolha por parte dos professores, criando uma ideia de liberdade. São essas e outras medidas que possibilitam a sensação de um Estado Novo brasileiro flexível. Embora digamos que a política da época tinha cunho positivista⁴, em um sentido de procura da objetividade, o governo Vargas possuiu grande habilidade na mediação de interesses, mas sobretudo, em fazer o interesse de um projeto de Nação/Poder se sobressair sobre os demais.

Estado(s) Novo(S): Em busca de centralização

As análises realizadas até agora tem nos mostrado como o pensamento político de uma época – o autoritarismo – se refletiu na educação. Também como essas práticas se vulgarizam pelo mundo, sendo implementadas no Brasil e em Portugal, com diferenças. E questionamos agora, o que esses governos buscavam com essas políticas educacionais? E, como o material didático pode ser utilizado como ferramenta de manutenção do estado?

A educação escolar é um dos principais meios aprendizagem dos seres humanos. É através dele que a grande maioria e esmagadora das pessoas constroem suas bases de posicionamento sobre os mais diversos eventos da vida. Logo, o sistema de ensino é alicerçado conforme as necessidades de uma época: quando se precisa de força de trabalho bruta se investe em massificação do ensino; quando se precisa de especialistas as atenções voltam-se para a escola técnica etc. Nesse sentido, variam também os anos dedicados para a formação dos alunos sendo 8, 10, 12 anos, tempo suficiente para preencher a lacuna do período. Dificilmente pensa-se em uma educação de 20 anos em uma realidade de mercado que exige apenas 10 anos. Portanto, a diretriz que norteia a educação, muitas vezes, é a soma das necessidades da época somados com o interesse político na construção da base intelectual dos cidadãos.

O Governo Vargas em sua propaganda afirmava ter como princípio afastar a ameaça comunista. Mas haviam também extremismo do integralismo. E quando ele assumiu o poder

⁴ Esse cunho positivista, ou melhor metódico, é evidente no interior do manual escolar, sendo encontrado uma história factual e narrativa.



havia interesses de outros que iam contra o Estado. E para evitar conflitos, principalmente contra os estados regionais, ele tomou medidas de centralização em diversas áreas. Como simbologia, o então presidente queimou as bandeiras dos estados nacionais e amarrou os cavalos no Obelisco da avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, eventos que representaram o fim do monopólio de algumas regiões, em ascensão do estado como um todo.

Houve alterações também na educação: “A educação relacionava-se com a questão da saúde e com a educação moral do cidadão. A ideia de fortalecimento da nação como unidade moral e política, procurava justificar e legitimar o Estado autoritário” (FILGUEIRAS, 2008, p. 1). Como afirmou a autora, a educação foi um dos meios de veiculação da propaganda de Estado no Brasil e conseqüentemente, podemos afirmar que o suporte dessa promoção do Estado Novo eram os livros didáticos e, claro, especificamente de forma mais enfática os de História. Portanto, no Estado Novo, o livro didático é um dos grandes veiculadores da política unificadora do Estado, um elemento aglutinador de diferenças que constrói uma identidade.

De acordo com Ferreira, havia uma obsessiva política de repressão a tudo que era compreendido enquanto crítica do Estado. Conforme afirmou Ferreira: “A centralização das políticas de controle deveria padronizar a literatura didática no país e evitar eventuais abusos decorrentes de iniciativa isolada estabelecidas por alguns estados da federação” (FERREIRA, 2008, p. 37). Dessa forma, vemos que o Brasil buscava através da educação a legitimação do próprio governo.⁵

No Estado Novo Português – apesar da política educacional ser implementada diferente do Brasil – não foi muito díspar o objetivo visado. O governo salazariano, na ânsia de também afastar as ideias comunistas, embarcou na proposta do nazifascismo promovendo diversas mudanças dentro do país. A partir de 1936 foram feitas reformas profundas na educação portuguesa que deixou marcas na posterioridade. Tendo em vista a demora na realização de debates voltados para a educação, o governo português aprovou diversas medidas paliativas. Dentre estas, podemos citar as mudanças na política do livro didático, a criação da mocidade portuguesa, a redução das disciplinas ensinadas em sala aula, às aprovações dos alunos em casa, o encerramento das escolas de magistério para o primário, a distinção de ensino entre os sexos, a intervenção do estado no casamento de professoras e outros.

⁵ Mas essa análise é apenas do ponto de vista político, pois o Estado Novo varguista tinha outras necessidades, como, por exemplo, a massificação do ensino e a qualidade do mesmo.



Em 1938 foram iniciados os debates na Assembleia para discutir as políticas nacionais de educação. Apesar de longos debates, a maioria dos deputados possuíam uma unanimidade no discurso: a educação não é tudo e ela deveria ser de responsabilidade dos pais e do Estado. Para isto, se insere nos livros didáticos os maiores feitos da nação. Dessa forma, podemos



novamente afirmar que o suporte para a propagação da propaganda do Estado Novo português, assim como no Brasil, foi o livro didático.

Observemos a figura 1. Ela retrata a idolatria de um governador e seu Estado. São cantigas que engrandecem Salazar e os portugueses, colocando-os nas alturas. Nota-se também a postura harmoniosa dos jovens que cantam, sendo isto uma apologia à ordem. Além do país e seu líder, outras formas de poder também são exaltadas nos manuais escolares. Segundo a pesquisa de Ewerton Luiz Figueiredo Moura da Silva, os livros didáticos de história de Portugal, por ele analisado, trazem grande repercussão das vitórias

Figura 1: Livro da primeira classe sendo utilizado como objeto veiculador da ideologia do Estado Português. (1ª edição, da Livraria Sá da Costa Editora, 1941, p.34). (CARVALHO: 2001.769)

cristãs ao longo do tempo. (DA SILVA, 2010). Assim, além do entrelaçamento de Estado e Igreja, nota-se uma grande construção de identidade feita através da educação.

O livro didático assumiu um papel fundamental na formação do cidadão, como referência, tanto para alunos, quanto para professores. E os estados nacionais – no caso Brasil e Portugal – buscaram meios legais de se apropriar (ou controlar) desse poderoso recurso legitimado pela população.

A utilização do manual escolar como ferramenta de governo de um estado, como vimos, passa pelo estabelecimento de órgãos verificadores, fabricados minuciosamente, que silenciem as reflexões a cerca da vida. A lobotomia histórica nesses materiais pedagógicos era realizada através de uma história narrativa que contava a história com exatidão, como se não



houvessem lacunas, problemas e interpretações. A história era ensinada como verdadeira, logo cabia apenas ao aluno aceitar, sem problematizar o conhecimento. Dessa forma, o livro era o sujeito ativo, que emanava conhecimento, e o leitor era o passivo, que recebia a narração.

Considerações Finais

Vimos nesse artigo que é possível desenvolver um estudo de educação comparada, levando em consideração as peculiaridades dos objetos envolvidos. Na comparação entre as legislações que regulamentam e avaliam os livros didáticos portugueses e brasileiros, entre os anos de 1936 até 1945, constata-se a elaboração de uma ferramenta útil para o divulgação da proposta governamental do estado. No caso português, a ideologia autoritária é mais visível devido ao processor de construção da entidade que supervisionaria os livros, tendo obrigatoriamente o dever com Deus, com a pátria e com família. Enquanto que a Comissão Nacional do Livro Didático de Vargas, além do caráter políticas que o manual pode exercer, ela se preocupava com os processor didáticos. Assim a pesquisa contribui para a discussão educacional com duas propostas: o entendimento do livro didático como um complexo de múltiplos significados; a utilização do ensino comparado como teoria para compreensão do manual escolar.

Fontes

As fontes utilizadas podem ser encontradas on-line nos sites www.parlamento.pt e <http://www2.camara.leg.br/>.

Lei nº 1 941, de 11 de Abril de 1936: prevê grandes alterações organizacionais e de funcionamento no Ministério da Instrução Pública

Decreto-lei nº 27 279, de 24 de Novembro de 1936: estabelece diretrizes do ensino primário português, incluindo a caducidade de todos os livros utilizados na época.

Decreto nº 27 882, de 21 de Julho de 1937: regulamenta a elaboração do livro didático para o ensino, assim como os critérios mínimos de seleção dos elaboradores.

Decreto nº 30 316, de 14 de Março de 1940: altera a legislação de 1937 no que tange a seleção dos criadores dos livros. O técnicos devem ser sujeitos escolhidos pelos governos de elevada moral e mérito.



Decreto nº 1006 de 30 de dezembro de 1938: institui e regulamento o funcionamento da comissão nacional do livro didático.

Referência Bibliográfica

ADÃO, Áurea; REMÉDIO, Maria José. A narratividade educativa na 1ª fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia Nacional portuguesa (1935-1945). IN:

Revista Lusófona de Educação. 5, 85-109, 2005.

BITENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História** – Fundamentos e Métodos. Cortez, 2008.

CARVALHO, Romulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

DA SILVA, Ewerton Luiz Figueiredo Moura. **A Educação como Arma Política no Estado Novo Português**. Disponível em:

<www.historyhistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=98>. Data de acesso 20/2013.

FERREIRA, Rita de Cássio Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o estado novo (1937 - 1945)**. Assis 2008.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. Os processos de avaliação de livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático, 2008. In: ENCONTRO REGINAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO. 19., 2008. São Paulo. **Anais...** São Paulo:. CD-ROM.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos Da História Ensinada**. 10. ed. Papyrus Editora, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática E Prática de Ensino de História**. 7. ed. Papyrus Editora, 2008.

Recebido em Julho de 2013

Aprovado em Agosto de 2013